



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

PRAXIS

ANO V - Nº 47 - NOVEMBRO DEZEMBRO / 2008

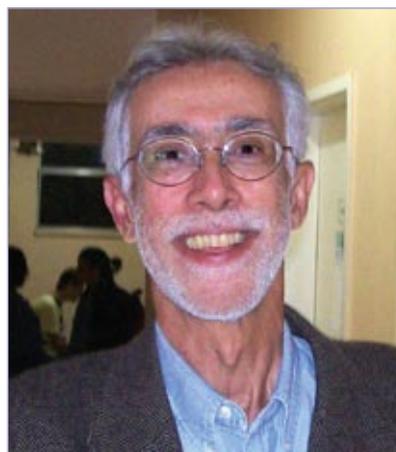
IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
nº 9912175368/2007

ECT/DR/RJ
CRESS-7ª Região

Economista analisa crise econômica mundial e seus impactos nas políticas sociais

Em entrevista concedida ao PRAXIS, o economista e professor da UFRJ, Reinaldo Gonçalves, explica as causas da atual crise econômica mundial, mostra seus impactos nas políticas sociais e aponta alternativas para o Brasil.

Págs. 6 e 7



Nesta edição:

Assembléia
define
anuidade
de 2009

Pág. 2

Veja como
participar das
Comissões
do Cress

Pág. 4

Lançamento

Assistência Social em Debate



O Cress/RJ, por meio da Sub-comissão de Assistência Social, promoveu Ciclo sobre política de Assistência. O primeiro evento contou com a participação da professora da UFF, Sueli Gomes Costa (na foto, à esquerda) e da professora da UFRJ, Mavi Rodrigues (na foto, à direita) que abordaram o tema polêmico "Assistência x Assistencialização". A coordenação da mesa foi realizada pela presidente do Cress/RJ Fátima da Silva Grave Ortiz (ao centro).

Pág.4

Papo Cabeça: uma experiência profissional de êxito

Pág.8



Já está à venda a 5ª edição, revista e atualizada, da Coletânea de Leis e Resoluções - Assistente Social: Ética e Direitos

Editorial

No mundo: de um lado, crise econômica Internacional, milhares de brasileiros atingidos pelas chuvas ou pelas secas. O capital continua seu rumo destrutivo. De outro, lutas sociais, ocupações de prédios para moradia popular, saques, mobilizações. Os trabalhadores continuam buscando suas alternativas.

No Serviço Social: de um lado, concepções conservadoras se reapresentando, desqualificação da formação profissional, condições inadequadas de trabalho. Disputas vão se anunciando e se consolidando. De outro, agenda de lutas, pluralismo nos debates, novos concursos, publicações e mobilizações. O projeto ético-político insiste em se fortalecer.

O início do Século XXI parece confirmar algumas lições que devem acompanhar todos os que mantêm uma visão crítica da sociedade. A história continua seu curso a partir de contradições de interesses que, enquanto não obtiverem um mundo efetivamente justo, não deixarão de mover as lutas. O ser humano confirma-se, assim, como ser social e histórico, capaz de analisar o momento em que vive, projetar novas conjunturas e lutar para alcançá-la.

Infelizmente, para nós, tudo indica que ainda não estejamos às vésperas de uma sociedade que garanta a vigência dos princípios e valores expressos em nosso Código de Ética. O que não é razão para desânimo, ao contrário: só nos deve levar a fortalecer a necessidade de ampliar as condições de uma ação profissional e política crítica, propositiva e ousada.

Em mais uma das lições renovadas neste momento histórico, como nunca parece necessário combinar o pessimismo da razão e o otimismo da vontade. Há espaço para nossa criatividade, luta e reação conjunta. Ela inclui os assistentes sociais, enquanto categoria, mas vai além dos limites corporativos de nossa profissão.

2009 pode ser muito melhor. Estamos certos de que contaremos com você nesta caminhada.

Diretoria do
Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região

Informes

CBCISS

No dia 3 de outubro de 2008 tomou posse a nova diretoria do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais - CBCISS (gestão 2008/2010) com a seguinte composição:

Presidente – Rosely Reis Lorenzato
Vice-presidente – Heloisa Helena Mesquita Maciel
Diretora Financeira – Edna Donzelli

Diretora Técnica – Ada Lúcia Costa Lobato
Diretora Administrativa – Andréa Medrado
Diretora de Divulgação – Tânia Chalub de Oliveira

No Conselho Fiscal (efetivos) ficaram Joel Naimayer Padula, Maria da Penha da Silva Franco e Noeli Guimarães Lassalvia e na suplência Célia Maria de Abreu Santos, Miriam de Souza Silva e Neuza Maria Gonçalves da Rocha.

Serviço Social e Legislação

Veja na página eletrônica do Cress – www.cressrj.org.br – as propostas legislativas sobre a profissão de assistente social na Câmara e no Senado e acompanhe os encaminhamentos do CFESS sobre os PLs (carga horária, piso salarial, adicional de insalubridade e regras de contratação). Os assistentes sociais precisam se mobilizar até a votação do PLC 152/2008 (PL 30 horas) e, para isso, devem enviar mensagem aos senadores da Comissão de Assuntos Sociais. Há um modelo de texto, disponível no site, para assistentes sociais e estudantes de Serviço Social enviarem aos parlamentares e também uma lista de seus endereços eletrônicos e faxes.

Curso de Especialização à Distância

Estão abertas as pré-inscrições para o curso de Especialização à Distância em Serviço Social, Direitos e Competências Profissionais, realizado pela parceria entre CFESS, ABEPSS, CEAD e UnB. As aulas começam em março de 2009. A duração é de três semestres, com carga horária de 360h/aula. Acesse www.cfess.org.br e preencha o formulário.

Anuidade é definida em assembléia

Os assistentes sociais do Estado do Rio de Janeiro, em Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 7 de novembro de 2008, na sede do Cress/RJ, definiram os valores da anuidade para 2009.

A presidente e a vice-presidente, Elaine Behring, informaram sobre os diversos eventos relevantes para a categoria, promovidos pela entidade. Fátima fez um relato das principais deliberações do último Encontro Nacional CFESS/Cress realizado em Brasília (DF), em setembro de 2008, que devem ser cumpridas no prazo de um ano. Apresentou o Plano de Metas para 2009, apontando as principais ações previstas na área administrativa, na fiscalização do exercício profissional, no combate à inadimplência, além de participações em eventos, reuniões, realização de cursos e seminários e participações em reuniões com outras entidades de classe. A pauta contou com a prestação de contas da gestão “Ética, Autonomia e Luta”. Fátima convocou os assistentes sociais para fiscalizarem as ações do Cress e convidou a todos para participarem das comissões do Conselho.

Os profissionais presentes, em pleno gozo de seus direitos e quites com as anuidades do Cress até 2007 tiveram direito a voto. A presidente do Cress/RJ, Fátima Grave Ortiz fez uma breve análise da conjuntura internacional e sobre a crise econômica mundial já instalada, que terá reflexo no Serviço Social. Lembrou que o Encontro Nacional CFESS/Cress definiu os patamares máximo e mínimo para a anuidade dos Conselhos, permitindo a adequação às realidades regionais. O assessor contábil explicou a composição dos cálculos da anuidade e as metas definidas para o próximo ano foram debatidas pela assembléia, culminando com a aprovação do valor integral da anuidade para 2009 de R\$ 290,73.

Vale ressaltar que esse valor poderá ser parcelado em até **6 X R\$ 48,46** (a partir de 10 de fevereiro). Aqueles que optarem pela cota única terão descontos. Veja a tabela.

Cota única até dia 10 de fevereiro (15%)	R\$ 247,12
Cota única até dia 10 de março (10%)	R\$ 261,66
Cota única até dia 10 de abril (5%)	R\$ 276,19



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
- 7ª REGIÃO - Nº 46 - Setembro/outubro 2008

Presidente: Fátima da Silva Grave Ortiz
Vice-Presidente: Elaine Rossetti Behring
1ª Secretária: Elza Velloso
2ª Secretária: Lúcia Maria da Silva Soares
1ª Tesoureira: Newvone Ferreira da Costa
2ª Tesoureira: Alena Mab Góes Contente
Suplentes de Diretoria: Conceição Maria Vaz Robaina, Michelle Rodrigues de Moraes, Jurema Alves Pereira da Silva,

Mônica Vicente da Silva, Georgina de Queiroz dos Santos e Maurício Caetano Matias Soares

Conselho Fiscal: Martha Fortuna Pereira Bastos, Maria Elizabeth Freire Salvador, Leopoldina de Araújo Cardoso
Suplentes: Telma Pilé Gomes, Lisamar Bastos Simões e Erika Schreider

Comissão de Comunicação e Cultura: Michelle Moraes, Lúcia Maria da Silva Soares, Leandro Rocha, Conceição Maria Vaz Robaina, Jefferson Lee de Souza Ruiz e Cecília Contente

Norte e Nordeste Fluminense
Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170
Centro - Telefex: (22) 2723-9464

Coordenadora: Janaina Alves Monteiro
Tesoureira: Irai Martin Bohrer
Secretária: Luciana Custódio Soares
Suplentes: Gisele Pereira Luiz, Ana Tereza de Sá Santos Cezário, Lidiane Pereira Braga

Sul Fluminense

Rua 25 -A, 23 s/802, Vila Santa Cecília
CEP 27261-050 - Telefex: (24) 3342-6886
Coordenadora: Greicy Hellen Santana de Assis
Tesoureira: Carmem Lúcia Brandão
Secretária: Sabrina Alves de Faria
Suplentes: Áurea C. S. Dias, Ailton da Silva Carvalho, Gilvane Mazza Ribeiro

Jornalista Responsável: Cecília Contente (MTB/RJ 17.232)

Design gráfico e ilustrações: Carlos D
Impressão: Tipológica - **Tiragem:** 10.000 exemplares
Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144
Telefex: (21) 3147-8787
e-mail: comunicacao@cressrj.org.br

Acesse www.cressrj.org.br

Ações
do Cress

Uma gestão “antenada” com a conjuntura

A promoção de eventos, que buscam a qualificação e capacitação dos assistentes sociais e a efetiva participação e apoio às atividades relevantes para o Serviço Social tem sido a tônica da atual gestão do Cress/RJ. O ciclo “Assistência Social em Debate”, o seminário “Cenários e perspectivas contemporâneas para o Serviço Social na Previdência” e o “III Encontro Estadual de Comunicação e Serviço Social”, mereceram destaque nesta edição (páginas 4, 10 e 11). O interesse da categoria nos temas abordados revela que a gestão “Ética, Autonomia e Luta” está “antendada” com as reais demandas da categoria.

Entre as principais iniciativas está a rearticulação de algumas comissões do Cress/RJ e a continuidade de outras já existentes. A reunião com unidades de ensino também aponta para a necessidade de se traçar estratégias combativas para o enfrentamento da precarização do ensino. Na fiscalização do exercício profissional, os agentes fiscais da Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi) têm realizado visitas para averiguar denúncias e, por solicitação da Promotoria de Proteção ao Idoso e à Pessoa Portadora de Deficiência do Núcleo de São Gonçalo, também foram feitas visitas a vários abrigos de idosos.

A direção do Cress/RJ, por meio da Sub-Comissão de Assistência Social, articulou uma reunião com os assistentes sociais da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, “Rumos da Assistência Social no Município do Rio de Janeiro”, onde foi apresentada e discutida uma carta dirigida ao prefeito eleito Eduardo Paes e o futuro secretário da Secretaria Municipal de Assistência Social, Fernando William. Foi apontada uma agenda de mudanças na área, sobretudo a eliminação da confusão instaurada entre Assistência Social (política pública de Seguridade Social) e Serviço Social, profissão regulamentada pela Lei 8662/93. A carta, cuja versão pode ser lida na íntegra no site www.cressrj.org.br, foi protocolada junto à equipe de transição e o próximo passo é uma reunião para a abertura do debate.

Na comunicação, foi promovida a segunda edição do Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais, que aconteceu junto ao III Encontro Estadual de Comunicação e Serviço Social. O projeto Cinema no Cress apresentou um ciclo comemorativo às datas de aniversários de algumas legislações, articulado com os temas abordados pelo chat, que acontece mensalmente na página eletrônica do Cress/RJ. Na área administrativa os conselheiros estão buscando uma integração maior com os funcionários, por meio de reuniões periódicas. Também estão sendo realizados seminários internos com diversos temas. Os primeiros foram “Assessorias” e “Política de Comunicação”.

O Cress/RJ esteve presente e apoiou o Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro, que promoveu o 5º Seminário Estadual “População Adulta em Situação de Rua: Bases para uma Política Pública no RJ”, realizado em meados de novembro, na OAB. Participaram do evento profissionais de entidades governamentais e não-governamentais de todo o Estado do Rio de Janeiro, moradores de rua, movimentos sociais, representantes de governos municipais e do governo estadual. O objetivo foi viabilizar a participação de pessoas e organizações da sociedade e de governo e o debate público acerca das reflexões e propostas que devem orientar a instituição de uma política pública para as pessoas adultas em situação de rua no Estado do Rio de Janeiro.

A direção também participou, apoiou e organizou o seminário “Cenários e perspectivas contemporâneas para o Serviço Social na Previdência”, entendendo como um tema fundamental a ser abordado no momento em que estão abertas 900 vagas para assistente social no INSS, em todo o país, o que promete reorganizar o Serviço Social nesta instituição, apesar do número de vagas ainda não ser o ideal, pois o defendido pelo Conjunto CFESS/Cress é de 1.600 vagas.

Serviço Social na mídia

O Cress ganhou espaço na mídia em sites e publicações de instituições que participaram do II Prêmio de Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social.

Mais uma carta assinada pela presidente do Conselho de Serviço Social, Fátima Grave Ortiz foi publicada, no dia 13 de novembro, na seção Cartas dos Leitores do jornal O Globo (página 6). A carta opinou sobre a matéria publicada no dia anterior, que ganhou a manchete principal com o seguinte título “Governo reabilita 2.274 filantrópicas suspeitas”.

Leia a íntegra.

Isenção a entidades filantrópicas

É acertado remeter aos respectivos ministérios a análise da renovação de certificados de filantropia. Auxilia no processo de retomada do adequado papel destinado ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS): o controle social, a apreciação, o debate e a aprovação de políticas públicas a serem desenvolvidas neste campo.

Inadmissível, em entanto, é isentar em bilhões de reais entidades que permanecem com seu reconhecimento como filantrópicas sob suspeita. Os cerca de dois bilhões de reais não arrecadados deixam de ser investidos em políticas de saúde, assistência social e previdência social, que compõem, conforme previsão constitucional, a seguridade social brasileira. Em última instância, portanto, a população é a grande prejudicada.

Num país de históricas e gritantes desigualdades sociais tal isenção fragiliza a necessária implementação de políticas públicas capazes de contribuir para a efetiva emancipação da população brasileira.

Fátima da Silva Grave Ortiz

Presidente do Conselho Regional de Serviço Social – RJ

SECCIONAL



Campos dos Goytacazes

A diretoria da Seccional de Campos registra a satisfação ao ver colocada em pauta a questão da Nucleação, uma experiência já vivenciada há algum tempo em outras regiões do Estado e que precisava ter o debate ampliado. Desde a gestão 1996/99, esta tem sido uma questão presente na realidade da Seccional de Campos. Nesse período foram instituídos, mesmo que informalmente, os Núcleos de Bom Jesus do Itabapoana e Macaé. O objetivo era de melhorar a comunicação com os profissionais localizados nesta área de abrangência da Seccional e terminar com a dificuldade de acesso. A proposta é a de que a colaboração de alguns profissionais favoreça a participação e maior proximidade do Conselho, possibilitando a descentralização das ações e ampliando o raio de ação do Cress. Esta foi a concepção das gestões subsequentes, que mantiveram a idéia do Núcleo e, na gestão 2002/04, foi instituído o Núcleo de São Fidélis. Muitas foram as dificuldades para implementar essa idéia, tendo em vista seu formato de origem informal. Ao assumir o debate, a sede do Cress - 7ª Região resgata a esperança de ver viabilizada uma idéia que há muito vem germinando na Seccional de Campos. Vale destacar que a concepção de nucleação não deve e não pode conter a idéia reducionista de Núcleo como suporte logístico, em face da dificuldade e/ou impossibilidade de implantação de novas Seccionais, mas como “... espaços de articulação e organização dos assistentes sociais que cumprem o papel de interiorização, descentralização e democratização da gestão política do Cress” (CRESS, 7ª Região, Regimento Interno, Rio de Janeiro, D. O, 2006).

Política de Assistência em debate



A gestão “Ética, Autonomia e Luta” está se empenhando em uma recomposição das ações do Cress no campo da Seguridade Social, o que envolveu a articulação das Sub-Comissões de Saúde e de Assistência Social. Em outubro a Sub-Comissão de Assistência Social fez a primeira reunião e organizou o Ciclo “Assistência Social em Debate”. A primeira rodada de discussões abordou o tema “Balanço Crítico do SUAS: Assistência X Assistencialização”. O debate foi “quente” e plural e contou com as contribuições das palestrantes Sueli Gomes Costa (UFF) e Mavi Rodrigues (UFRJ). A coordenação da mesa foi realizada pela presidente do Cress, Fátima Grave Ortiz. O evento aconteceu no auditório da sede do Cress e vários profissionais e estudantes de Serviço Social prestigiaram o debate.

Sueli Gomes iniciou problematizando o artigo de Mavi Rodrigues, publicado na Revista Serviço Social e Sociedade nº 91 com o título “Assistencialização da Seguridade e do Serviço Social no Rio de Janeiro: notas críticas de um retrocesso”, em que faz uma crítica contundente aos rumos da política de Assistência Social e ao SIMAS (Sistema Municipal de Assistência Social) implementada na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município do Rio de Janeiro. Afirmou que, para ela, a questão central desta reflexão está na centralidade e magnitude da política de Seguridade Social. Qualquer balanço da política social, segundo a professora, deve ser feito baseado nesta centralidade. Ela defende que seja observado o aumento da pobreza ao se fazer um balanço do SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

A professora Sueli lamentou que a concepção de proteção social não seja bem vista pela autora do artigo. Enfatizou que esta noção de proteção social não é de sua autoria, tendo seu início logo depois da Segunda Guerra Mundial, mas que já havia sido sugerida por um grande pensador do Século XIX. Sua palestra foi didática, indicando vários autores para melhor compreensão do tema. Ressaltou a “matrifocalidade” da Política de Assistência e destacou que é preciso repensar

a própria história e o pensamento marxista para avaliar as questões peculiares da formação teórica social brasileira. Afirmou que a noção de proteção social não tem relação direta com o processo de assistencialização das políticas de assistência e não será superada apenas pelas diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) pois, em sua visão, é uma perspectiva com regularidade histórica no mundo inteiro, desde as sociedades primitivas e avançadas. Sueli disse, ainda, que não vê nenhum desmerecimento na relação entre a profissão de Serviço Social com a Assistência Social. Admitiu que a proteção social em algumas sociedades pode ser “malévola”, de acordo com sua cultura. Citou exemplos, entre eles o de Esparta, que mandava matar os deficientes físicos por ter uma cultura ligada à guerra. “A proteção social está ligada à sobrevivência das pessoas, em grupo”, finalizou.

Nos debates, Sueli afirmou que não vê em sua elaboração sobre proteção social, a que se referiu como preliminar, base suficiente para a implementação da política de Assistência Social adotada no município do Rio de Janeiro nos últimos meses, ou em qualquer outra cidade. Afirmou estar convicta da necessidade de aprofundar tal concepção, relacionando-a, inclusive, com seus estudos como historiadora, e anunciou publicamente sua disposição de fazê-lo em breve.

Polêmica

Mavi Rodrigues lembrou que a reivindicação de um Sistema Nacional de Assistência Social remonta a uma época anterior à própria LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social). A busca pela construção do SUAS vem sendo pauta dos assistentes sociais desde a década de 90. Por isso, é um tema relevante ao Serviço Social. As concepções sobre a condução da política de assistência, principalmente em relação ao município do Rio de Janeiro, podem ser distintas, mas não devem ser “partidarizadas”, pois, em sua avaliação, isso inviabiliza uma análise crítica mais profunda dos fundamentos teóricos que a

sustentam. Afirmou que há um debate polêmico instalado, pois discorda da concepção de que a proteção social deva ser o eixo da formação profissional. É uma concepção teórica e política distinta da apresentada por Sueli.

A professora da UFRJ apontou duas questões fundamentais para um balanço crítico do SUAS, que precisam ser enfrentadas: o tempo recente de surgimento efetivo do SUAS e as mudanças no campo da Assistência Social. Avaliou que o SUAS ainda está em construção e, portanto, o balanço deve ser feito baseado em uma análise de perspectiva e não apenas em cima do que já foi feito. O desafio é fazer uma análise mais ampla da política de Assistência Social com a perspectiva da Seguridade Social, em articulação com a política econômica. “É preciso realizar um balanço do SUAS num contexto de neoliberalismo, a fim de conseguir garantir uma política que possa efetivar a universalização de direitos”, afirmou.

Criticou o SIMAS, que limita o Serviço Social apenas à Assistência Social e a profissão é mais ampla e atua na saúde e na educação. Destacou que há um paradoxo, pois as ações de Assistência Social, em que pesem as críticas apresentadas, vêm se profissionalizando no município. As ações são fragmentadas e focalizadas e podem acentuar a política de assistencialismo. Alertou que “O SUAS real pode ser distante do SUAS prometido”, se for mantida uma política de desmonte da Seguridade Social, de privatização da previdência e saúde e o contingenciamento de recursos públicos para a rede de proteção social brasileira. Revelou que estão sendo direcionados mais recursos para os programas de transferências de renda do que para a montagem da rede de proteção básica exigida pelo SUAS.

Desigualdade social

Mavi advertiu que é preciso entender que o SUAS abre margem para o redirecionamento das políticas sociais e é uma grande ferramenta gerencial, que inova na política de Assistência

Social. A Assistência tende a crescer em magnitude e centralidade, mas em detrimento de outras políticas sociais, critica. Há um crescimento como fruto do redimensionamento do neoliberalismo, que tende a reforçar a filantropização do social e parcerias do estado com a sociedade civil e, além disso, se configura em uma política de Assistência Social “pobre” para os mais pobres. Ela explica que é preciso construir a Assistência Social como uma das políticas de Seguridade Social e não de forma isolada. Segundo a professora, o problema está em considerar a Assistência Social como elemento integrador das demais políticas e entendê-la apenas como uma política focalista, capaz de atender somente a situação de pobreza absoluta, mas incapaz de intervir na desigualdade social.

A “Assistencialização” da Seguridade Social destoa da concepção que a profissão tem defendido e pode ter reflexos no cotidiano dos profissionais de Serviço Social e na sua atuação profissional, disse Mavi. Avaliou que na Prefeitura do Rio de Janeiro isso já é uma realidade. Os assistentes sociais que atuam na área da saúde e da educação deixam de atender importantes demandas para desenvolver um trabalho de assistência focalizado na pobreza absoluta. Há um reducionismo da atuação do assistente social a um só campo, o que não garante os direitos e não eleva o patamar civilizatório de vida da população. É preciso aprofundar as reflexões sobre esse processo de assistencialização no Serviço Social, em curso. Essa é a polêmica central, conclui.

O Ciclo “Assistência Social em Debate” prosseguiu em dezembro, após o fechamento desta edição do Práxis, enfrentando os temas: “Pacto Federativo e Assistência Social: O Papel do Estado e do Município”, com Hilda Corrêa de Oliveira (ex-presidente do Cress/RJ) e Tatiana Dahmer (Diretora-Presidente da ABONG) e “Relações e tensões entre Programa Bolsa Família e o Suas: A Apresentação dos Resultados de Pesquisas”, com Cecília Paiva (UFRJ) e Regina Teixeira (UFRJ). ■

Comissões do Cress

A Gestão “Ética, Autonomia e Luta”, seguindo seus compromissos de campanha, rearticulou várias comissões do Cress/RJ e está empenhada em dar continuidade, cada vez com mais qualidade, àquelas que já estavam em funcionamento. Para isso, será preciso contar com a efetiva participação dos assistentes sociais. Veja as comissões que estão em pleno funcionamento. Escolha a de seu maior interesse e participe!

Mais informações podem ser obtidas na secretaria do Cress: 3147-8787.

Comissão Sociojurídica

A Comissão Sociojurídica do Cress/RJ funciona desde 2002. Foi criada com o objetivo de valorizar o exercício profissional dos assistentes sociais inseridos no campo sociojurídico. É composta por profissionais do Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas (Degase), Ministério Público, Secretaria Estadual Administração Penitenciária (Seap) e Tribunal de Justiça. As reuniões são abertas à participação de toda categoria.

Para dar continuidade às ações empreendidas pela Comissão, consolidando a contribuição dos assistentes sociais nas discussões inerentes ao campo sociojurídico, foram planejadas para 2009 atividades que favoreçam o aprofundamento dos variados aspectos que demarcam a atuação do Serviço Social neste campo de intervenção.

A comissão considera fundamental expandir os eventos pelo Estado do Rio de Janeiro para abranger o maior número de profissionais. Por isso, serão realizadas Reuniões Ampliadas, no primeiro semestre de 2009, pelas seguintes áreas: Região Norte/Noroeste; Região Sul; Região Serrana; Região dos Lagos e Região Metropolitana (abrangendo Baixada Fluminense, Niterói e São Gonçalo). A proposta é fornecer subsídios para o Seminário Estadual do Campo Sociojurídico, previsto para acontecer na primeira quinzena de junho de 2009. A Comissão renova o convite para que os profissionais participem da Comissão e das atividades. **Reuniões - Acontecem mensalmente, às sextas-feiras. Em caso de situações extraordinárias podem se transformar em quinzenais.**

Comissão de Formação

A Comissão de Formação tem como principal objetivo ampliar a articulação entre a produção de conhecimento e os diversos campos de exercício profissional do Serviço Social. No intuito de desenvolver ações voltadas para os profissionais e possibilitar maior aproximação dos assistentes sociais com o Cress, foram retomadas as reuniões do Fórum de Supervisores. A proposta é viabilizar a troca de experiências entre os profissionais, oferecer subsídios para a discussão de temas referentes ao processo de supervisão e contribuir para a qualificação profissional, abrangendo as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-instrumental. Os assistentes sociais estão convidados para participar desse espaço e enriquecer o debate! **Reuniões - Acontecem todas as segundas sexta-feiras do mês.**

Comissão de Estudo de Uso e Abuso do Álcool e Outras Drogas (COEAD)

A Comissão de Estudo de Uso e Abuso do Álcool e Outras Drogas foi reativada e os encontros já resultaram, em 2008, em duas atividades relevantes para os profissionais que atuam neste campo. Na primeira houve a apresentação da dissertação de mestrado de Arthemis Viot, defendida na UFRJ, que trata das políticas públicas de atenção em saúde em relação ao uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas por crianças e adolescentes no Rio de Janeiro. Em dezembro foi realizada uma mesa-redonda sobre os avanços no atendimento a usuários de álcool e outras drogas com a professora e assistente social Rita Cavalcanti (UFRJ), o professor (UFRJ) e médico neurologista José Mauro Braz de Lima, e a diretora técnica e psicóloga do CENTRA-Rio, Selma Pau Brasil. **Reuniões - Acontecem quinzenalmente (primeiras e terceiras terças-feiras do mês), às 18h, na sede do Cress.**

Sub-comissão de Assistência Social

A gestão Ética, Autonomia e Luta se empenhou nesses últimos meses numa recomposição das ações do Cress no campo da Seguridade Social, o que envolveu a articulação das Sub-Comissões de Saúde e de Assistência Social.

A Sub-Comissão de Assistência Social organizou o Ciclo “Assistência Social em Debate” (veja mais detalhes na matéria da página 4). A primeira rodada de discussões foi sobre o SUAS e as tendências de desenvolvimento em curso, indagando: assistência social ou assistencialização? O debate foi quente e plural e contou com as contribuições de Sueli Gomes Costa (UFF) e Mavi Rodrigues (UFRJ). O Ciclo prosseguiu em dezembro enfrentando os temas do pacto federativo e da relação entre o Bolsa Família e o SUAS.

A Sub-Comissão articulou uma reunião com os assistentes sociais da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. O Cress, por meio da Sub-Comissão, também está preparando, junto com o CFESS, o Seminário Nacional sobre o Trabalho do Assistente Social no SUAS, que se realizará na primeira semana de abril. A agenda é grande, mas a vontade também! A Sub-Comissão deixa um convite à participação de todos. **Reuniões - A Comissão se reúne mensalmente, às 17h. Os membros da diretoria, que fazem parte desta Sub-Comissão também se reúnem uma vez por mês.**

Sub-comissão de saúde

As atividades da Sub-comissão de Saúde foram retomadas e, em 2008, foram realizados três encontros, com avaliações acerca do momento atual da saúde no Estado do Rio de Janeiro.

A comissão definirá em breve seu calendário para o primeiro semestre de 2009. Acompanhe pelo site www.cressrj.org.br Os interessados em participar podem entrar em contato com a conselheira Leopoldina de Araújo Cardoso pelo e-mail diretoria@cressrj.org.br

Comissão Permanente de Ética

A Comissão Permanente de Ética começou a gestão com todo gás. Logo nos primeiros meses, já realizou dois julgamentos, remanescentes da última gestão, e dois estão em fase final. Também foram reativadas algumas Comissões de Instrução, que estavam paradas e foram compostas outras, o que significa praticamente todos os processos em andamento efetivo. Há ainda um saldo de 14 denúncias em análise, em que seis já viraram processo. Em 2009, a Comissão planeja reativar a Comissão Ampliada de Ética e a realização de, pelo menos, duas edições do Curso Ética em Movimento. A Comissão reafirma a fundamental importância dos assistentes sociais de base nesse processo, que vêm aderindo à proposta de uma defesa mais objetiva da ética profissional e, mais amplamente, do projeto ético-político do Serviço Social. Aproveite para agradecer a todos que vêm participando ativamente. **Reuniões - Acontecem todas as quartas-feiras, à tarde, na sede do Cress.**

Comissão de Orientação e Fiscalização - COFI

A COFI tem sido uma das principais prioridades da atual gestão. Além da finalização das atividades desenvolvidas, a partir da realização das visitas de fiscalização junto ao campo sociojurídico, foi feito o acompanhamento de outras situações que exigiram ações efetivas como: irregularidades no estágio em Serviço Social então desenvolvido por estudantes na SMAS/RJ e no Programa Delegacia Legal; visitas de fiscalização nas Unidades de Pronto-Atendimento (UPA's); análise de Editais e acompanhamento dos diversos concursos públicos para o cargo de assistente social. Outras ações foram realizadas a partir de denúncias (por exemplo: falta de condições de trabalho, interferências técnicas de leigos no trabalho, uso indevido do termo “Serviço Social”) e solicitações de equipes (orientação e apoio na discussão do processo de trabalho frente às competências e atribuições privativas previstas na Lei de Regulamentação) de Serviço Social das diversas instituições em todo o Estado do Rio de Janeiro. Foram totalizados, fora os dados da Seccional de Campos que atende ao norte/noroeste do Estado, cerca de 50 visitas de fiscalização e mais de 750 atendimentos durante o ano de 2008, o que, somado às perspectivas e desafios indicados para o ano de 2009, aponta a necessidade de investimento maciço nesta Comissão.

Comissão de Educação

A Comissão de Educação do Cress/RJ constitui-se em um espaço de fortalecimento ético-político do exercício profissional do assistente social, que atua no campo educacional com a perspectiva de uma educação transformadora. Esta Comissão manterá em seu planejamento de 2009 a realização de dois eventos centrais que já fazem parte da agenda da categoria: o Encontro Estadual de Serviço Social e Educação, no 1º semestre, e o Curso de Extensão “O trabalho do assistente social na área de educação”, no segundo semestre. Ambos estarão em sua 5ª edição. A Comissão espera continuar contando com o interesse e participação de toda a categoria. **Reuniões - Acontecem nas primeiras terças do mês, às 18h, na sede do Cress.**

Comissão de Comunicação

A Comissão de Comunicação do Cress é constituída por três diretores, pelo assessor político, pela assessora de comunicação e por assistentes sociais de base. Em consonância com a Política de Comunicação do Conjunto CFESS/Cress, tem como um dos seus objetivos promover a visibilidade do Serviço Social e de seu projeto ético-político junto aos meios de comunicação e a sociedade em geral. A Comissão acompanha e contribui com a pauta de todos os veículos de comunicação da entidade. Organiza eventos ligados a esta área. Em 2008, promoveu o III Encontro Estadual de Comunicação e Serviço Social, já tradicional no calendário anual do Cress, e realizou a segunda edição do Prêmio de Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social. A Comissão participa ativamente do processo de elaboração de materiais como o cartão comemorativo do Mês do Assistente Social, cartazes e outros, além do Praxis que atualiza a categoria sobre os eventos de interesse. A Comunicação é uma área estratégica para o Cress e é fundamental que os assistentes sociais fortaleçam essa Comissão participando com novas idéias, sugestões e críticas. **Reuniões - São realizadas quinzenalmente, às quartas-feiras, 18h, na sede do Cress.**

Projeto “Serviço Social e os Conselhos e os Direitos e Políticas”

O Serviço Social possui com um dos seus princípios fundamentais a defesa da universalidade dos direitos sociais. O Conjunto CFESS/Cress vem priorizando a participação nos Conselhos de Direitos e de Políticas, a fim de garantir o controle social das políticas públicas. Essa ação foi ganhando amplitude junto a outros sujeitos sociais. Para qualificar ainda mais essas ações foi elaborada a proposta do projeto “O Serviço Social e os Conselhos de Direitos e de Políticas”. Este projeto tem entre seus objetivos intensificar e qualificar a presença ativa de assistentes sociais nesses espaços, elaborar análises e proposições das políticas públicas e outras iniciativas junto a esses conselhos. **Reuniões - Acontecem mensalmente, nas primeiras segundas-feiras do mês, às 14h, na sede do Cress.**

A crise econômica mundial e seus

O economista e professor da UFRJ, Reinaldo Gonçalves, em entrevista ao Praxis, apresenta uma “radiografia” da crise econômica mundial e aponta possíveis soluções para o Brasil.

Praxis - Quais as principais causas da crise econômica mundial?

A avaliação das tendências da atual crise econômica internacional depende do entendimento a respeito das suas causas, extensão, dimensão, natureza e medidas de contenção. A causa imediata da crise é a insolvência generalizada no sistema de hipotecas imobiliárias nos EUA, que resultou da expansão do crédito, que tem determinantes conjunturais e estruturais. Dentre os conjunturais, houve a redução significativa da taxa de juros nos EUA, com a taxa básica caindo de 6% no início de 2001 para 1% em meados de 2004. Isso gerou a expansão da demanda por empréstimos em geral e por empréstimos imobiliários, em particular. A elevação dos preços dos imóveis estimulou a tomada de mais empréstimos para ganhos imobiliários.

Os fatores estruturais da expansão extraordinária do crédito foram a desregulamentação do setor financeiro e, o menor dinamismo do setor real. Este último implica o deslocamento do capital do setor produtivo para o financiamento e a globalização financeira. A desregulamentação financeira caracterizou-se, entre outros aspectos, pelos empréstimos de má qualidade no setor imobiliário, e pela grande alavancagem dos agentes financeiros, principalmente os bancos de investimento.

Praxis - Que reflexos a crise teve e terá na economia brasileira?

A globalização envolve crescente interdependência entre os sistemas financeiros nacionais. Esta interdependência gera a extensão global da crise, que afeta o centro do sistema econômico internacional (EUA), atinge o extremo oriente, o pólo norte e repercute na América do Sul. Tão importante quanto a extensão global é o caráter multidimensional da crise. Nos países desenvolvidos há crise sistêmica no setor financeiro, que transcende este setor e atinge o lado real da economia de forma que uma das tendências gerais é a forte desaceleração e, eventualmente, a recessão econômica em muitos países. Esta crise tem,

ainda, clara dimensão política quando torna evidente a fragilidade dos grupos dirigentes. O impacto social advém, principalmente, do desemprego e da perda de renda e de patrimônio do trabalhador.

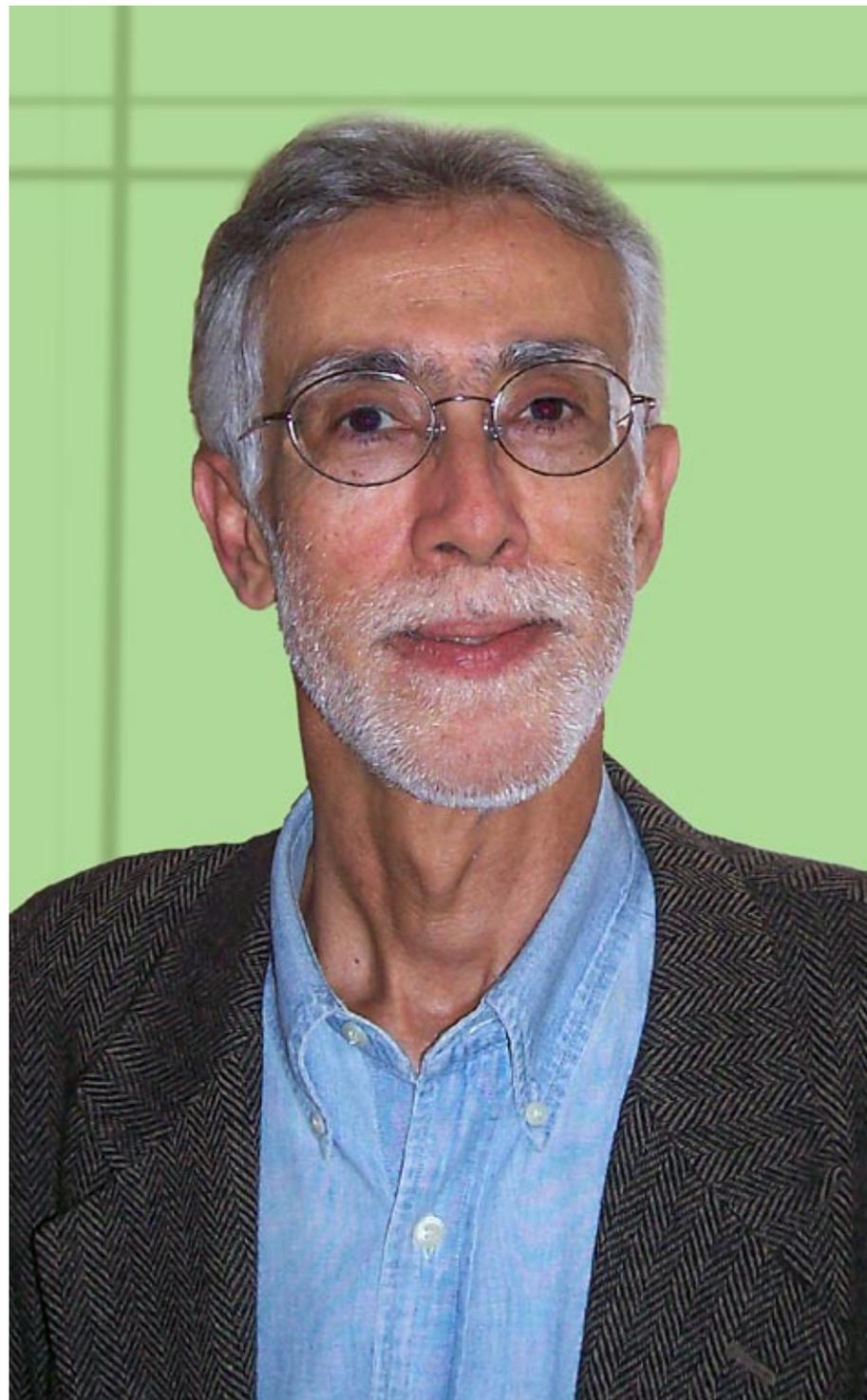
No Brasil, a crise terá conseqüências na esfera real, comercial, financeira e monetária. Na esfera real, as empresas multinacionais que atuam no Brasil em função da crise aumentaram suas remessas de lucro para suas matrizes para compensar os prejuízos que estão tendo lá fora. Atualmente ¼ do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil está nas mãos das empresas estrangeiras. A capacidade dessas empresas investirem no nosso país fica reduzida. Na esfera comercial, há dois problemas. O primeiro é que, quando há uma recessão, nossos produtos deixam de ser comprados em quantidade. O segundo é que cai o preço das nossas *commodities*. A exportação será bem menor.

A terceira esfera é a financeira, pois como há uma interdependência, quando o setor financeiro no exterior vai mal, abala nosso sistema financeiro. Um exemplo foi a bolsa de valores (a de São Paulo foi uma das que mais caiu no mundo). As grandes empresas como a Vale e Petrobrás são cotadas lá fora, portanto, se as cotações caem lá, afeta diretamente aqui. Outro problema é que as empresas ficam dependendo de financiamento externo. A outra esfera é a monetária que está ligada à taxa de câmbio. Quando há falta de liquidez, falta dólar no país. O Brasil foi o país que teve a maior desvalorização cambial de julho a novembro (47,5%) devido à fragilidade da economia brasileira.

Praxis - A crise tende a se agravar?

Sim. A economia já está desacelerando. Há um quadro de demissões e desemprego, investimentos em queda e problemas graves no setor financeiro. Um exemplo é a fusão dos bancos, que foi uma estratégia reativa. O cenário para 2009/2010 não é positivo.

No Brasil, há uma crise cambial aguda, que não aparece tanto nos outros países (veja o gráfico). Há uma fragilidade maior da economia brasileira, que gera maior impacto



“ Quando há uma alta muito grande do dólar, os preços sobem automaticamente. Os alimentos são os primeiros a sofrerem alta. ”

impactos nas políticas sociais

social. O setor de agronegócio pressiona o governo e compromete o orçamento público. Há uma deterioração acelerada das contas externas, que eleva a taxa de juros. Com juros altos, o trabalhador perde. Temos uma crise social grave, pois o trabalhador, que vive de crédito consignado, não consegue pagá-lo.

Praxis - Que medidas poderiam ser adotadas para amenizar a crise?

Após a eclosão da crise no Brasil, o governo Lula tem se limitado a um conjunto de medidas que se enquadram na chamada “estratégia da linha de menor resistência”, em que a maior parte das medidas tem viés pró-setores dominantes (bancos, agronegócio e construtoras). Não há dúvida que o governo Lula subestima os riscos de ocorrência de crise cambial e econômica ainda mais grave no país. O argumento central é que a crise atual brasileira tem repercussões e está envolvida em incertezas críticas muito mais sérias do que aquelas implícitas nas medidas tomadas pelo governo federal no imediato pós-crise nos EUA. Não há dúvida que, nos países desenvolvidos e, mais ainda, no Brasil, a crise atual é multidimensional. Portanto, é necessário tomar medidas que efetivamente evitem a eclosão de uma mega crise cambial e econômica e que estejam à altura do potencial de destruição da crise atual.

Algumas medidas mais gerais podem ser tomadas, como a redução das taxas de juros, a expansão dos gastos públicos e a introdução de controle de capitais. A proposta contempla, ainda, medidas mais específicas que beneficiam o trabalhador, por exemplo, maiores garantias de depósitos e redução da carga tributária. A crise atual também é uma excelente oportunidade para se fazer uma reforma tributária focada na progressividade e na redistribuição de riqueza e de renda do capital para o trabalho. Além de beneficiar os trabalhadores e os outros grupos e classes sociais, estas medidas reduzirão o risco de aprofundamento da crise multidimensional brasileira. Estas propostas objetivam, ainda, eliminar o custo da estatização de grandes bancos e fundos de pensão no contexto da combinação explosiva: eclosão da crise financeira sistêmica, risco moral e má governança.

Praxis - A crise gera inflação por conta do câmbio, e a alta dos alimentos é sentida por todos, mais ainda pela classe mais pobre. O que poderia ser feito para amenizar esse impacto no bolso da população?

Quando há uma alta muito grande do dólar, os preços sobem automaticamente. Os alimentos são os primeiros a sofrerem alta. Surge uma inflação de custo decorrente

da maxidesvalorização cambial. Os criadores de gado preferem exportar a carne a vender para o mercado interno, por exemplo, já que o lucro vai ser maior. Por isso, uma medida fundamental é fazer um controle rigoroso do câmbio. Nos países desenvolvidos, a recessão, a queda dos salários e a redução dos preços das *commodities* contribuem para a queda da inflação. E isto ocorre no contexto de contenção da demanda interna (consumo e investimento) em decorrência da contração e do encarecimento do crédito, bem como da própria desaceleração do crescimento da renda.

Praxis - O governo federal vem levantando a possibilidade de promover cortes no orçamento, com arrocho de salário dos servidores e de investimento em áreas sociais. Essas medidas indicam que o governo tentará solucionar a crise à custa do sacrifício da população mais pobre? Quais os impactos dessa crise econômica nas políticas sociais?

Claro que sim. Até agora o Governo Lula só tomou medidas de proteção da classe dominante, especialmente o setor de agronegócio, oferecendo empréstimos com taxas de longo prazo; os bancos, as empreiteiras, com linhas especiais de financiamento e outras instituições financeiras. Enquanto isso, o trabalhador está totalmente desprotegido. O governo federal está anunciando medidas que podem ainda piorar a situação do trabalhador, principalmente no que tange ao corte dos gastos com políticas sociais públicas. O investimento na política de Seguridade Social será ainda menor.

Praxis - De que forma a crise impacta na efetivação das políticas públicas?

Afeta na “medula”. Mas isso não causa surpresa, pois o presidente Lula está comprometido com setores dominantes, que financiaram sua campanha em 2006. A política econômica em curso está voltada para esse grupo. Por outro lado, ele privilegia uma política assistencialista, com o objetivo de manter a população na anomia e causa um esgarçamento no tecido social, com políticas sociais focalizadas. Isso tem reflexos eleitorais positivos para o atual governo, mas a sociedade civil fica mais fragmentada e as instituições civis mais deterioradas.

Praxis - Qual a área que possivelmente será mais afetada com a crise?

É difícil dizer, pois como o atual governo federal não tem grandes orientações estratégicas na área econômica, tudo vai depender das pressões de varejo, o que é lamentável. Mas é possível afirmar que o

trabalhador vai perder e a área social será enfraquecida.

Praxis - A liberação de verbas para implementação das políticas públicas já não é a ideal...pode ser mais difícil ainda?

A política assistencialista e clientelista deve ser reforçada, pois os recursos para a implementação das políticas públicas serão reduzidos. Tudo ficará por conta de negociações e pressões políticas. Lembro que os prefeitos recém-eleitos no Rio de Janeiro e Belo Horizonte foram direto “tomar a bênção” do governo federal.

Praxis - A posse de Obama, nos EUA, pode gerar uma mudança na política econômica mundial?

Não. Tenho uma visão cética e acredito que nada vai mudar significativamente na política econômica dos EUA. O discurso e a prática do Obama é na defesa dos interesses norte-americanos, ou seja, a mesma do Bush. A equipe econômica montada por Obama, com um perfil ecumênico sinaliza isso. Ele não deve mudar as relações econômicas dos EUA com o resto do mundo.

Praxis - O novo presidente norte-americano promete mudanças na política social. Isso trará reflexos para o Brasil?

É só promessa. Lembro que o Clinton também prometeu isso (risos). Eu não sou da área de saúde, mas estou incrédulo a respeito de qualquer mudança significativa nos EUA, principalmente na área econômica.

Praxis - A crise mundial econômica poderia ser classificada como prenúncio do fim do capitalismo?

Em hipótese alguma. Nada vai mudar. O capitalismo tem uma enorme capacidade de sobrevivência, tal qual um predador. Mas suas mudanças são superficiais, para não mudar sua essência. O que vai acontecer é que vai haver uma regulamentação maior da área financeira. A crise é profunda, sem dúvida, por isso haverá uma retenção maior, momentânea, do capital. Acredito que os EUA saiam da crise antes do Brasil e aí a crise externa será menos determinante, mas o país estará ainda mais fragilizado. Neste sentido, o cenário econômico e político não é favorável para 2009/2010.

Gráfico: Desvalorização cambial na América Latina (%)
(24 de outubro de 2008 comparativamente a 1º de julho de 2008)

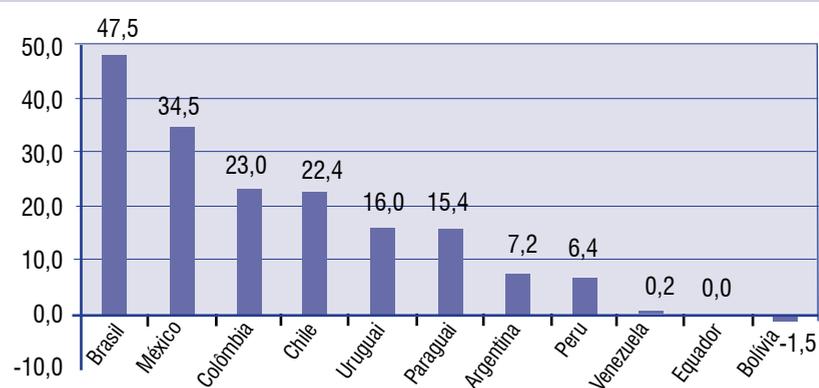


Gráfico: Reinaldo Gonçalves

O Brasil teve a maior desvalorização cambial no período pós-eclosão da crise mundial, no conjunto das 11 principais economias da América Latina. Veja o Gráfico. Estes países compõem o grupo de economias com maior probabilidade de serem atingidas pela crise internacional, segundo a análise, com dados pré-crise, que contemplam riscos econômicos e financeiros. A maxidesvalorização cambial brasileira foi quase três vezes maior do que a desvalorização média da região.

Medidas que deveriam ser implementadas pelo governo brasileiro para o enfrentamento da crise mundial

1. Redução da taxa de juro básica e na ponta dos empréstimos
2. Aumento dos limites de garantias de depósitos
3. Punição da administração temerária
4. Controle pela sociedade das operações de resgate e capitalização
5. Imposto de exportação
6. Internalização da receita de exportação
7. Redução da carga tributária sobre os trabalhadores
8. Expansão dos gastos públicos
9. Controle de capitais (entrada e saída)
10. Controle do câmbio

Serviço Social: uma inserção fundamental do “Papo Cabeça”

O projeto “Papo Cabeça” começou em 1996, na Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com o atendimento a jovens adolescentes que apresentavam gestação indesejada, falta de informação e outras questões ligadas a essa faixa etária. A UFRJ, por meio do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina e da Maternidade Escola, e em cumprimento à sua missão de centro de pesquisas e extensão, decidiu “pular o muro” da universidade e fazer a intervenção na realidade com a atividade de extensão em Saúde Reprodutiva para Adolescentes, denominada carinhosamente pelos alunos de “Papo Cabeça”.

De acordo com a assistente social Cláudia Márcia Trindade Fanelli, supervisora do projeto, a partir daí foram feitos estudos para avaliar quais as áreas do município do Rio de Janeiro onde a ocorrência de gravidez na adolescência era maior. Na ocasião, foi verificado que na 7ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), que abrange atualmente 115 escolas municipais mais as creches espalhadas pelas regiões de Vargem Grande, Vargem Pequena, Jacarepaguá, Barra da Tijuca, Recreio, Cidade de Deus, Itanhangá e Curicica, era onde havia o maior número de adolescentes grávidas. A partir de uma parceria com a Rede Pública Municipal de Ensino (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro) se avaliou a importância de se discutir a sexualidade na escola.

Fanelli explica que era preciso desmistificar essa temática e, para isso, se fazia necessário preparar a escola, incluindo reuniões com a direção, professores, responsáveis e alunos para tratar desse tema, apontando os parâmetros curriculares nacionais e todo o amparo legal para discutir o assunto. O projeto prevê o atendimento inicialmente aos adolescentes e depois a toda a comunidade escolar.

Promoção de saúde

Cláudia Fanelli conta que o projeto só ganhou status de Programa em 2006. A equipe inicial era composta pelo médico José Leonídio Pereira, pela psicóloga Regina Celi Ribeiro Pereira e pela própria assistente social Cláudia Fanelli. Cinco anos depois, incorporou-se ao grupo a psicóloga Sílvia Pereira da Silva Rios. Hoje, participam também as assistentes sociais (ex-estagiárias de Serviço Social no programa) Liana Dias, Paula Kropf, Jaqueline Candeias e Elisângela Guimarães.

A assistente social explica que o “Papo Cabeça” é um programa de Orientação em Saúde Reprodutiva e a promoção de saúde é um eixo fundamental para a intervenção na realidade, sob a ótica da extensão universitária em atividades relacionadas à educação em saúde, principalmente a reprodutiva, e aos direitos sexuais e reprodutivos. O programa engloba, atualmente, mais seis projetos: “Papo Cabeça” na Praça, Interseção, Saúde Cidadã, Diversidade Sexual, Interagir e Boca a Boca.

O “Papo Cabeça” tem como finalidade contribuir para a diminuição da incidência de gestação não planejada e das DST/AIDS nos adolescentes na área da 7ª CRE, sensibilizando-os sobre as escolhas que articulam conhecimento/auto-estima/saúde reprodutiva/cidadania e realidade. Mas, segundo Fanelli, todos os demais projetos possibilitam a troca do saber acadêmico-popular, principalmente no que diz respeito à produção de novos conhecimentos, pois possuem ainda o objetivo de retroalimentar a universidade, através de pesquisas de campo na comunidade. Existe ainda a necessidade de focar as ações da equipe na capacitação de profissionais das áreas de saúde e educação, que terão papel fundamental na formação de cidadãos e na contribuição para a constituição do “sujeito sexual”.

Cláudia Fanelli destaca que os estagiários de Serviço Social foram os principais colaboradores para o início do programa. Atualmente o projeto se constitui em um campo de excelência para atuação de estagiários de várias áreas, contribuindo para sua formação plena. O Programa tem financiamento do MEC, com renovação anual. Aponta que um dos desafios é apontar novidades a cada ano para garantir esses recursos.

Todas as assistentes sociais da equipe participaram da entrevista ao Praxis. Relataram ter sido feito um balanço das atividades do “Papo Cabeça” nesses 12 anos, ficando constatada uma ampliação significativa da discussão da sexualidade. Em relação à gravidez na adolescência, houve uma redução do número de casos, segundo mapeamento realizado em toda a área. Enfatizaram, no entanto, que o grande foco do trabalho desenvolvido é levar a discussão para o âmbito escolar atrelada à sensibilização e ao processo de construção de uma consciência crítica aliada à informação, mas sem perder de vista a possibilidade de escolha de cada um. Elas afirmaram que esse é o grande diferencial, pois a informação por si só não basta, é preciso levar à reflexão sobre as consequências da gravidez na adolescência. A proposta é discutir família, projetos de vida, e o resultado disso é uma redução natural do número de adolescentes grávidas.

Metodologia

A metodologia é diferenciada para cada faixa etária. A dinâmica do programa “Papo Cabeça” é feita com estagiários, majoritariamente de Serviço Social e de Psicologia. Mas há também os da área médica e biológica. Os supervisores realizam um processo de capacitação do grupo, responsável pelo contato direto com os adolescentes nas escolas. São discutidos os princípios e o conteúdo programático do projeto. O estagiário conta com um suporte teórico-metodológico. Há capacitação para trabalhar com dinâmica de grupo. Só os alunos da UFRJ podem participar.

Os estagiários são fundamentais no “Papo Cabeça”, pois fazem também a divulgação e convidam para a participação nos grupos que, na



As assistentes sociais Elisângela Guimarães, Sílvia Rios (psicóloga), Paula Kropf, Cláudia Fanelli e Jaqueline Candeias

maioria das vezes, acontece espontaneamente. A partir do mapeamento que acontece no início do ano, são escolhidas as escolas a serem atendidas. Alguns professores aceitam dividir o tempo de aula com o programa. São encontros semanais, com duas horas de duração, para debater a temática da sexualidade, com linguagens criativas como vídeos, peças de teatro, debates e outros.

Os estagiários são inseridos nos grupos em duplas. Semanalmente, reúnem-se para repassar todas as informações e reflexões para os supervisores, que ficam atentos na retaguarda. Os supervisores têm acesso a todos os relatórios e fazem o monitoramento de todas as ações. É uma capacitação continuada. Quando os estagiários se apropriam da ferramenta, criam cada vez mais.

A assistente social Paula Kropf destaca que há um eixo a ser trabalhado, mas é preciso estar sempre aberto a novas propostas. Lembra que são utilizados vários materiais didáticos feitos de forma artesanal com a finalidade de desmistificar a questão sexual. Fala do livro “Sexualidade no novo milênio”, a primeira publicação editada com as experiências do Programa “Papo Cabeça”.

O adolescente costuma mostrar mais curiosidade do que resistência. Na opinião de Cláudia Fanelli e de sua equipe, há mais resistência dos professores e da direção com o tema da sexualidade, ou dos próprios pais em função do preconceito. O grande desafio do “Papo Cabeça”, na avaliação de Fanelli, é desmistificar o tema da sexualidade, que está ligado às questões culturais e sociais. “É um tema complexo que envolve uma série de direitos que a população ainda desconhece”, afirma.

O Projeto recebeu recursos para trabalhar junto a professores promovendo cursos de capacitação no município do Rio de Janeiro, mas em função da impossibilidade de liberação dos docentes o Programa fez parcerias com outros

municípios como Macaé, Belfort Roxo, e Nova Iguaçu para realizar os cursos de capacitação, que demandam 40 horas de dedicação. Fanelli avalia que a decisão de liberar os professores é uma questão política.

A assistente social Jaqueline Candeias desenvolve o Projeto “Papo Cabeça” em Macaé, em uma área mais carente onde se concentra uma comunidade de pescadores. A UFRJ está presente junto a uma escola municipal que, além do currículo normal, tem aulas de navegação, construção naval, entre outras. A demanda na área é muito grande em relação à diversidade sexual. Há um forte trabalho de articulação com o Centro de Referência com Adolescente, com a Secretaria de Saúde de Macaé e o Fórum Macaense de Saúde e Prevenção na Escola. Existe uma intervenção do projeto nas políticas públicas da região, o que significa que ele cada vez se expande mais. O objetivo é formar multiplicadores e ganhar mais espaços, pois a demanda só cresce. Por isso, é preciso garantir os financiamentos a fim de manter os profissionais, já que nem todos são servidores da UFRJ.

Um dos maiores privilégios de trabalhar no projeto, ressaltam as assistentes sociais que integram a equipe, é poder promover o acesso à informação, mas ao mesmo tempo respeitar o desejo do outro, através da reflexão e percepção de cada um. Por isso, acreditam que o trabalho está em completa sintonia com o projeto ético-político do Serviço Social. Se há um tema a ser discutido, será conduzido da forma em que for proposto pelo grupo, a partir de suas realidades e interesses. É preciso decifrar e conhecer os sujeitos sociais. Fanelli enfatiza ainda que essa forma democrática de atuar profissionalmente e de construir o saber contribuirá para a formação dos estagiários. “Isso é trabalhar na defesa do projeto ético-político”, acredita.

Espaço
COFI

Avanços e Perspectivas para 2009

0

O último Encontro Nacional do Conjunto CFESS/Cress, fórum máximo de debate e de deliberações que define anualmente as diretrizes e as diversas ações do Conselho Federal e dos Regionais de Serviço Social, foi bastante produtivo no que diz respeito à Orientação e Fiscalização do exercício profissional dos assistentes sociais.

O Grupo de Trabalho (GT) sobre Fiscalização Profissional realizou debates fundamentais para o fortalecimento do exercício profissional, articulado ao projeto ético-político do Serviço Social, diante de uma conjuntura com tendências neoconservadoras para a profissão. Questões polêmicas apresentadas em outros GTs também repercutiram nas discussões da Fiscalização Profissional e as deliberações aprovadas no referido evento terão impactos importantes no desenvolvimento das ações das COFI's de todo o Brasil. É preciso destacar os seguintes debates: a possibilidade, ou não, de aplicação de Exame de Proficiência como pré-requisito ao registro profissional e, conseqüentemente, ao ingresso dos profissionais no mercado de trabalho; a regulamentação do Estágio Supervisionado em Serviço Social; a participação dos assistentes sociais na Metodologia "Depoimentos Sem Danos" (DSD); a realização de práticas terapêuticas no âmbito do Serviço Social; e a questão da elaboração de pareceres conjuntos entre assistentes sociais e profissionais de outras categorias.

A discussão sobre o Exame de Proficiência cumpriu uma agenda intensa de debates por todo o país, estando o CRESS/RJ na linha de frente de uma normalização que aprofundasse o controle do Estágio Supervisionado de estratégia fundamental no enfrentamento da precarização da formação profissional e de seus impactos na qualidade dos serviços prestados pelos assistentes sociais à população. O Encontro Nacional desse ano seria o momento onde deveria ser deliberado o posicionamento do Conjunto acerca da sua implementação como uma das formas de garantia de intervenção profissional qualificada técnica e politicamente. No entanto, a realização do Exame de Proficiência não foi aprovada. Em seu lugar, deliberou-se pela construção de um GT, reunindo representantes de diversas regiões do país, para propor outras estratégias para o enfrentamento de um processo, que tende a se agravar com a proliferação de cursos de Serviço Social presenciais e à distância,

As deliberações aprovadas no Encontro Nacional CFESS/Cress terão impactos importantes no desenvolvimento das ações das COFI's de todo o Brasil.

Resolução é a busca de uma efetiva inter-relação entre as instâncias de supervisão cabendo, para tanto, aos assistentes sociais/supervisores de campo e acadêmico a elaboração conjunta de um Plano de Estágio a ser cumprido durante o tempo que transcorrer, na instituição, este momento da formação do estudante.

Outro grande debate deste ano foi a Metodologia DSD e a perspectiva dos assistentes sociais participarem deste trabalho com respaldo na Lei de Regulamentação Profissional (nos seus artigos 4º e 5º). Esta Metodologia é basicamente aplicada na inquirição de crianças e/ou adolescentes vítimas (ou testemunhas) de violência sexual, onde o juiz utiliza-se de uma estrutura tecnológica para conduzir a entrevista das crianças através de outros profissionais, geralmente assistentes sociais e psicólogos. Esta discussão também foi muito intensa durante o Encontro Nacional do Conjunto CFESS/Cress, já que alguns Regionais o defendiam por lidar com esta realidade nas suas áreas de abrangência. O Encontro deliberou pela elaboração de Parecer Jurídico e, posterior, Resolução Normativa impedindo a participação dos profissionais nesta Metodologia, visto que tal trabalho não encontra respaldo na Lei de Regulamentação.

Também foi muito relevante no GT de Fiscalização Profissional a discussão sobre a utilização das práticas de caráter terapêutico como "especialidade" do trabalho profissional. Esse debate já vinha sendo desencadeado há algum tempo em função do movimento de alguns profissionais que defendem o denominado "Serviço Social Clínico". Compreendendo que tais práticas não encontram respaldo nos artigos 4º e 5º da Lei de Regulamentação Profissional e, portanto,

não constituem competências ou atribuições privativas do assistente social, não podem ser associadas ao exercício profissional, pois não são amparadas legalmente. Esta compreensão serviu de base argumentativa para a aprovação de uma Resolução a este respeito e que será publicada pelo CFESS. É preciso ressaltar que esta é a posição do Cress/RJ, inclusive documentada na Revista Em Foco (2003), cujo tema é "Serviço Social Clínico e o projeto ético-político do Serviço Social" – sistematização das palestras e debates ocorridos no evento realizado pelo Conselho em 2002, na Uerj, para discutir o que, à época, já era encarado no Rio de Janeiro como um dos temas mais polêmicos do debate profissional.

Cabe destacar a deliberação que se refere à impossibilidade de emissão de pareceres conjuntos entre assistentes sociais e profissionais de outras categorias em campos de atuação interdisciplinares. O Parecer Jurídico nº 20/07 dispõe sobre a adequação da emissão de pareceres e laudos conjuntos entre os assistentes sociais e psicólogos, e, afirma a ausência de pressupostos legais, éticos e técnicos para a conclusão e/ou o manifesto escrito em conjunto sobre determinada situação atendida. A referida deliberação do Encontro Nacional foi bastante oportuna diante da necessidade de aprofundar o debate sobre a atuação do assistente social em equipes interdisciplinares nos diversos espaços sócio-ocupacionais, visando esclarecer e normatizar o âmbito desta intervenção profissional, de forma a minimizar as possibilidades dos assistentes sociais incorrerem em circunstâncias passíveis de denúncia ética, como vem ocorrendo junto à Comissão Permanente de Ética do Cress/RJ.

A COFI terá em 2009 uma diversidade de ações a serem encaminhadas junto à categoria, como a continuidade de visitas de fiscalização aos variados espaços sócio-ocupacionais; realização de encontros de capacitação para os profissionais das instituições visitadas (áreas previamente programadas); intensificação do controle dos campos de estágio, especialmente com a recente Resolução do CFESS, dentre outras, que contribuam para a garantia do exercício profissional, de acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética Profissional e as novas Resoluções do CFESS aprovadas no Encontro Nacional CFESS/Cress 2008.

Serviço Social e Previdência

O Cress/RJ e o Serviço Social das Gerências Executivas do INSS do Estado do Rio de Janeiro (Campos dos Goytacazes, Centro, Duque de Caxias, Niterói, Norte e Petrópolis) promoveram, no dia 11 de novembro, o Seminário “Cenários e perspectivas contemporâneas para o Serviço Social na Previdência”. Cerca de 230 participantes lotaram o auditório do Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência Física (Ciad) Mestre Candeia para ouvir as palestrantes Maria Lúcia Werneck (Uerj), Elaine Behring (Uerj) e Ana Maria Baima Cartaxo (Universidade Federal de Santa Catarina), que abordaram o tema “Seguridade Social e Previdência: Os impactos sobre o Serviço Social do INSS” na parte da manhã. À tarde Ermelinda Christiane Anunciação (Coordenadora Nacional de Serviço Social do INSS) e Marinete da Silva Cordeiro (assistente Social do INSS/GEX Campos de Goytacazes, e conselheira do CFESS) fizeram uma palestra sobre “O Projeto Profissional do Serviço Social do INSS”. O evento contou com a parceria da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social (ANASPS).

As professoras Maria Lúcia Werneck e Elaine Behring abordaram questões do financiamento da Seguridade Social na atual conjuntura e seu rebatimento nos direitos dos trabalhadores e nos serviços oferecidos. Esta análise contribuiu para o entendimento dos impactos na Previdência, possibilitando uma

análise das correlações de força vivenciadas pelo Serviço Social no INSS, as estratégias de resistência e de fortalecimento que garantiram sua reestruturação. A professora Ana Cartaxo também fez uma exposição sobre a questão dos impactos sofridos pelo Serviço Social na atual conjuntura. Traçou um histórico desde o processo de construção da Constituição Federal de 1988, que trata do tripé da Seguridade Social: Previdência, Saúde e Assistência. Também abordou a questão da contra-reforma dos anos 90 e a objetivação do neoliberalismo previdenciário, em que foram reduzidos os direitos dos trabalhadores. Depois situou o Serviço Social do INSS neste quadro adverso e a sua necessidade de modernização e reestruturação, apontando novos cenários e perspectivas para os assistentes sociais inseridos na previdência e seus avanços e conquistas, culminando no edital para o concurso público no INSS.

As assistentes sociais Marinete Cordeiro e Ermelinda Anunciação traçaram um quadro do projeto profissional do Serviço Social no INSS. A primeira iniciou mostrando a caracterização do Serviço Social como profissão. Depois fez uma breve consideração acerca do sistema de proteção social e a previdência social brasileira. Apontou ainda os principais projetos do Serviço Social no INSS e a sua matriz teórico metodológica, surgida no fim da década de 90. Lembrou que a tentativa de extinção do Serviço Social da estrutura organizacional do INSS não

vingou, devido à capacidade de mobilização da categoria e sua articulação com outros sujeitos sociais. Marinete considerou que o maior desafio atualmente é a reconstrução do Serviço Social na instituição com as três dimensões do fazer profissional: capacidade técnico-operativa, conhecimento teórico-metodológico e compromisso ético-político. Segundo a assistente social, é importante reforçar a atuação profissional na ótica do fortalecimento da classe trabalhadora.

Ermelinda Anunciação baseou sua exposição também no projeto profissional do Serviço Social no INSS. Destacou os principais instrumentos dos assistentes sociais em seu cotidiano: parecer social, recursos sociais, pesquisa social, recursos assistenciais (extintos e agora em fase de reimplantação). Apontou os principais projetos nacionais dentro da instituição: Atenção à Saúde do Trabalhador, Benefícios Assistenciais, Trabalhador Rural e Especial e Atendimento Geral do Usuário. Também citou as principais estratégias adotadas pelos profissionais e seus principais desafios.

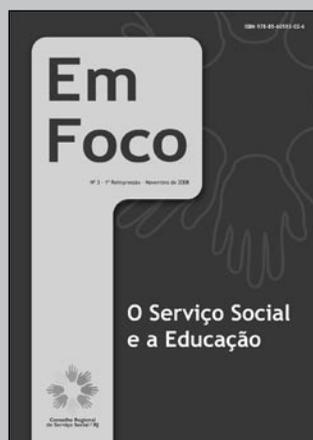
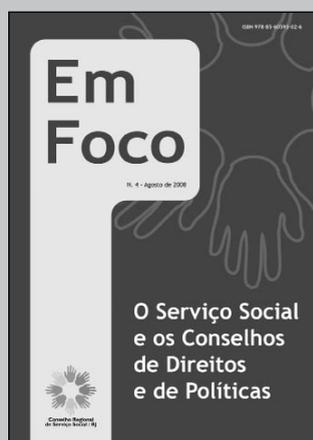
história da proteção social brasileira. Presencia-se um marco histórico da conjuntura mundial e, neste sentido, novos e duros desafios estão postos para a profissão e para o conjunto da classe trabalhadora. O Serviço Social do INSS, inserido nesses movimentos, se constitui em sujeito histórico repensando sua prática, reconstruindo-a, contribuindo para garantir um espaço de cidadania da população usuária, posicionando-se como construtores de uma nova proposta de trabalho. Em 2008, o INSS publicou um edital de concurso público com 900 vagas para assistente social em todo o Brasil, depois de forte pressão do Conselho Federal de Serviço Social e uma luta intensa pela reestruturação do Serviço Social no INSS e pelo cumprimento do decreto 6214/2007. O CFESS vem participando desde 2006 do grupo de trabalho responsável por repensar o Serviço Social na Previdência, junto com os Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Foi constatada a defasagem de profissionais na área e a necessidade de realização de concurso público para 1600 assistentes sociais.

Projeto ético-político

O Serviço Social do INSS é reconhecido por sua consonância com o projeto ético-político da categoria, pela sintonia constante com a missão do INSS e por sua intervenção profissional, que está intrinsecamente ligada à

Visite o site www.cressrj.org.br e confira as apresentações das assistentes sociais do INSS Ermelinda Anunciação e Marinete Cordeiro e da professora Ana Cartaxo da Universidade Federal de Santa Catarina, que participaram do evento.

Publicações à venda no Cress

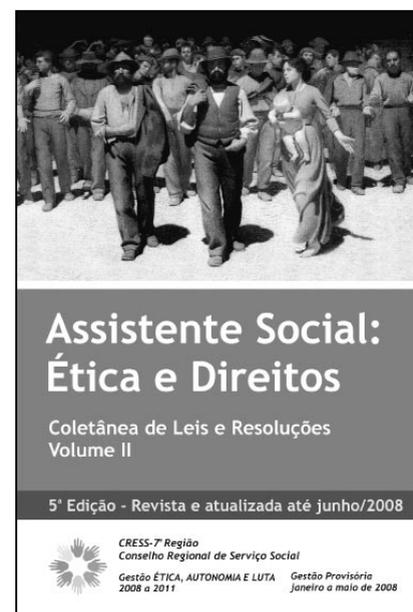
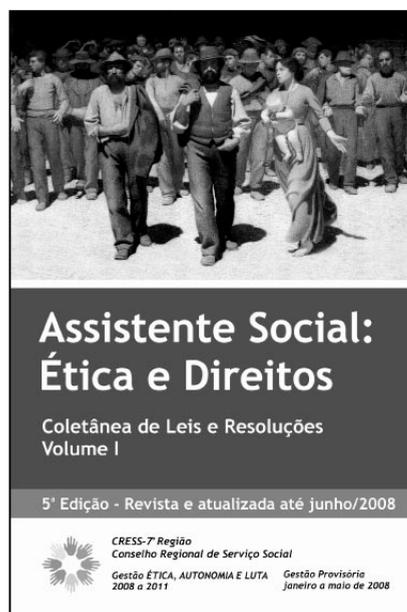


Revistas EM FOCO:
- O Serviço Social e os Conselhos de Direitos e de Políticas
R\$10,00

- O Serviço Social e a Educação
R\$10,00



O Serviço Social em Hospitais: Orientações Básicas
2ª Edição revista e ampliada
R\$ 7,00



Lançamento

A diretoria do Cress/RJ informa que a 5ª edição, revista e atualizada, da “Coletânea de Leis e Resoluções - Assistente Social: Ética e Direitos” encontra-se à venda na sede do Conselho. São dois volumes, com 459 páginas cada. Os valores de lançamento são: Volume I - R\$ 17,00, Volume II - R\$ 17,00 e Volume I e II (adquiridos juntos) - R\$ 30,00. Para aquisições pelo correio é necessário encaminhar mensagem eletrônica para o endereço secretaria3@cressrj.org.br, contendo o número de exemplares desejados de cada volume, nome completo e endereço para envio, com CEP. Nestes casos, aos valores acima serão acrescidas as despesas postais.

Evento

III Encontro Estadual de Comunicação e Serviço Social

O III Encontro Estadual de Comunicação e Serviço Social aconteceu no dia 31 de outubro no Auditório do Sind-Justiça. O professor da Escola de Serviço Social, José Paulo Netto, e a jornalista e professora do Departamento de Comunicação da UFF, Sylvia Moretzsohn, compuseram a mesa que abordou o tema “Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social”, sob a coordenação da presidente do Cress/RJ, Fátima Grave Ortiz, que destacou a importância de eventos que abordem esse tema. Participaram cerca de 120 pessoas entre assistentes sociais, estudantes de Serviço Social, jornalistas e convidados.

Sylvia Moretzsohn, doutora em Serviço Social pela UFRJ, admitiu que, ao iniciar essa etapa acadêmica, desconhecia a real concepção da profissão atualmente. Escolheu o curso por ser interdisciplinar e com uma forte carga na questão social e teoria social. Hoje ela reconhece que foi a melhor opção e acredita que isso fortaleceu sua formação, contribuindo com sua atuação na área do jornalismo. Ela falou sobre o que considera a “invisibilidade” ou o desvio da questão social nas coberturas jornalísticas. Em sua avaliação, a cobertura dos jornais mudou muito desde que começou a trabalhar. Antes a cobertura não era apenas violência, havia outras questões problemáticas, mas que não eram tratadas com esse viés “criminalizante” atual. Agora o foco é a violência na cidade. Isso é uma decisão editorial e política, explicou. Citou várias matérias para dar o exemplo.

De acordo com Sylvia Moretzsohn, o que tem visibilidade é o que está na mídia hegemônica, chamada grande mídia. É essa mídia de referência popular, que tem um maior alcance e que confere a visibilidade para os acontecimentos. O fato não deixa de ser importante, se divulgado em uma mídia mais alternativa, mas a maioria das pessoas não vai saber o que aconteceu. A televisão é a mídia que reúne o maior público e forma opiniões. A imprensa colabora com o poder e costuma censurar notícias que podem interessar aos leitores. Um exemplo disso é boicotar informações sobre instituições financeiras que podem falir. Não interessa divulgar esse tipo de notícia, que pode prejudicar ainda mais essas instituições com a fuga de investidores e correntistas. Essa mídia defende seus próprios interesses, que na maioria das vezes não são os mesmos da população.

Segundo Sylvia, as matérias produzidas pela grande mídia deixam claras a criminalização da pobreza através das falas dos dirigentes, que de maneira subliminar apontam que para acabar a violência o pobre deve “morrer ou ser preso”. Além disso, há o que ela considera a “espetacularização” da criminalidade. Enquanto as pessoas acompanham esse tipo de notícia, deixam de tomar conhecimento das matérias de real interesse. É uma manipulação explícita. Terminou lendo várias matérias antigas,

inclusive do século passado, que já mostravam a cobertura da questão social com o viés da criminalização da pobreza.

O professor José Paulo Netto iniciou destacando a importância do convite para a professora Sylvia Moretzsohn, que, em sua opinião é uma profissional de credibilidade que está inserida nos debates críticos na área do jornalismo e isso mostra que o Serviço Social está quebrando sua “invisibilidade”. Hoje o curso é procurado por vários profissionais de outras áreas em reconhecimento à mudança de postura do Serviço Social nos últimos trinta anos. Elogiou a iniciativa do Cress em promover a premiação das matérias jornalísticas que dêem a adequada visibilidade para as políticas sociais e para as experiências de Serviço Social.

Netto, assim como a primeira palestrante, destacou o que classifica de “invisibilidade” da questão social. “Tornar visível a questão social é tornar visível a chaga que marca a sociedade capitalista”, afirmou Netto, acrescentando que isso não é interesse dos meios de comunicação, que apenas revela algumas expressões da questão social, sem enfoque de sua causa estrutural: a tensão entre produção socializada e apropriação privada dos bens e serviços produzidos socialmente. Afirmou que há



Sylvia Moretzsohn, Fátima Grave Ortiz e José Paulo Netto

dificuldades para tornar visível o protagonismo do assistente social, pois existe o interesse em manter a “invisibilidade” da questão social na sociedade. Disse estar convencido de que o que está na mídia hegemônica é a condução do senso comum. Os jornalistas, infelizmente, ainda trabalham com o estereótipo do assistente social, que é o da “moça boazinha que ajuda”

e essa ótica conservadora já mudou desde a década de 70.

O professor finalizou fazendo uma análise da mídia, que funciona na ótica da classe dominante, apontando vários exemplos. Quando há uma política social que beneficia a população, normalmente é apresentada pela mídia descolada da política econômica.

Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social

Na ocasião também foi realizada a cerimônia de premiação dos jornalistas e assistentes sociais vencedores do II Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social.

Na categoria “Experiências profissionais de assistentes sociais e/ou de equipes de Serviço Social”, classificada em quinto lugar, recebeu certificação a equipe responsável pelo trabalho “Capacitação Profissional na Terceira Idade: Perspectiva para um Envelhecimento Ativo”, da Universidade da Terceira Idade, da UERJ. Na mesma categoria, recebeu certificação pelo quarto lugar do II Prêmio a equipe da Central de Apoio e Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas à Prisão, da cidade de São Gonçalo com o trabalho “Trabalhando em grupo com homens em situação de violência doméstica”.

O terceiro lugar ficou com “Relato de Experiência de Capacitação de Grupos de Afro-descendentes”, do Fórum Permanente de Afro-descendentes do Amazonas. A equipe do Núcleo de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vitimizados (NACAV), do Hospital Geral de Bonsucesso ficou em segundo lugar e a primeira colocação ficou para a equipe de Serviço Social de Furnas Centrais Elétricas S/A com “Cuidado Social: Uma experiência da Equipe de Serviço Social em Furnas Centrais Elétricas S/A”.

Na categoria vídeo, foi premiada uma única equipe para os dois primeiros prêmios. A jornalista Amanda Vieira Gonçalves ficou com o segundo lugar pelo vídeo “Razão e feijão – segurança alimentar e reforma agrária”, e o filme vencedor foi “Educação para a Cidadania no Paranoá”.

Na categoria reportagem escrita,

o quinto lugar recebeu certificação pela matéria “A arte além da imagem” da jornalista de São Paulo Viviane Faver. Em quarto lugar, com a entrevista sobre o ECA e os jovens e adolescentes brasileiros, publicada no jornal O Povo (RJ), ficou o jornalista Luciano Justino de Lima. A matéria “A revolução da maior idade” da jornalista da APEOESP (SP), Ana Maria Lopes de Faria, conquistou o terceiro lugar. Em segundo, na mesma categoria, Ana Maria Lopes também recebeu prêmio pela matéria “Escravos do Século XXI”. O primeiro lugar da categoria “Reportagem escrita” no II Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social ficou com o representante da revista Viração – Edição Especial Direitos Humanos, inscrita pelo jornalista Paulo Pereira Lima. Como a revista tem circulação nacional, receberam o prêmio as representantes da edição no Rio de Janeiro.

A solenidade contou com a coordenação das diretoras responsáveis pela Comissão de Comunicação do Cress/RJ: Conceição Maria Vaz Robaina, Lúcia Maria da Silva Soares e Michelle Rodrigues de Moraes.

O evento contou ainda com a colaboração de todos os integrantes da Comissão de Comunicação e da Comissão julgadora composta pela diretora Maria Elizabeth Freire Salvador, pelos assistentes sociais Regina Marconi e Leandro Rocha, pelo assessor político do Cress/RJ Jefferson Lee de Souza Ruiz e pelos jornalistas Cecília Contente e Mário Camargo.

Fátima Grave Ortiz (ao centro) entrega troféu e certificado para as jornalistas da Revista Viração que receberam o 1º lugar no II Prêmio Visibilidade



Diretoria do Cress/RJ aponta as principais metas para 2009

A Gestão “Ética, Autonomia e Luta” destaca as principais atividades previstas para o próximo ano, registradas em seu Plano de Metas 2009. Na área administrativa do Conselho, os diretores estão empenhados em realizar o projeto e a obra da nova sede própria do Cress. A intenção é atender a categoria com maior comodidade e viabilizar um auditório que possibilite a realização de eventos de médio porte no próprio Cress. A capacitação política e técnica da equipe de recursos humanos também está merecendo a atenção da gestão.

Categoria mais próxima

Na Fiscalização do Exercício Profissional, serão priorizadas as visitas programadas no campo da Assistência Social. A implementação do projeto de nucleação dos assistentes sociais também está prevista para ser iniciada no ano que vem. O debate sobre esse processo, que tem a finalidade de aproximar, ainda mais, a categoria do Conselho, já teve início em 2008. A proposta da gestão é dar continuidade à política de rearticulação das coordenações de Projetos e Comissões Temáticas do Cress/RJ, que já estão com a data de suas reuniões agendadas (veja matéria completa na página 5 e saiba como participar).

Atualização profissional

A realização de cursos e seminários, oficinas, debates e outros eventos voltados para a capacitação e atualização dos assistentes sociais é uma das principais reivindicações da categoria e os conselheiros estão empenhados a atender a essa demanda com a maior qualidade possível. Serão promovidos ainda cursos de multiplicação do projeto “Ética em Movimento” e eventos relativos à comemoração do Mês do Assistente Social, já tradicional no calendário do Serviço Social.

Os conselheiros do Cress/RJ têm participado dos eventos relevantes para a profissão dentro e fora do Conjunto CFESS/Cress. Há um investimento na articulação com outras entidades por meio de reuniões periódicas. Um exemplo disso é a reunião mensal do Colegiado de Conselhos Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, conhecido como “Conselhinho”, onde são discutidos assuntos de interesse das categorias envolvidas. Mas há também uma participação ativa nas reuniões dos conselhos estaduais e municipais de direitos e políticas nos quais o Cress/RJ possui assento atualmente. A proposta é conquistar ainda mais espaços nesse âmbito. Outra meta de destaque para o próximo ano é promover reuniões e seminários com as Escolas e Faculdades de Serviço Social, com o objetivo de avaliar, com os profissionais e estudantes, formas de combater a precarização do ensino de Serviço Social e qualificar as atividades de estágio curricular, fundamentais para a formação profissional dos futuros assistentes sociais.

Na comunicação, está previsto um investimento a fim de melhorar a qualidade do jornal e tornar sua leitura mais agradável. O aumento da tiragem de 10 mil para 12 mil exemplares será necessário, pois além do número de profissionais inscritos ter aumentado, há uma necessidade de fazer uma pequena distribuição nas unidades de ensino, atendendo a uma reivindicação antiga dos estudantes, e entre entidades e movimentos sociais aliados. A revista “Em Foco” terá novas edições abordando assuntos de interesse dos assistentes sociais e serão reimpressas as edições já esgotadas. A “Coletânea de Leis e Resoluções: Assistente Social, Ética e Direitos” revisada e ampliada para dois volumes, que acaba de ser reimpressa, poderá ser procurada pela categoria no Cress/RJ ou nos grandes eventos. ■

O que vem por aí!

O ano de 2009 terá como um de seus marcos o grande número de encontros nacionais da categoria. A participação massiva dos assistentes sociais implicará na qualificação dos debates e, certamente, contribuirá com a definição das políticas a serem adotadas pelo Conjunto CFESS/Cress.

Confira as datas e programe desde já a sua participação!



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

2009

27 a 31 de janeiro	Fórum Social Mundial Belém/PA
2 e 3 de abril	Encontro Nacional – O Trabalho do Assistente Social no SUAS Rio de Janeiro/RJ
3 a 5 de junho	Seminário Serviço Social e Saúde Recife/PE
Agosto	Congresso de Trabalhadores Sociais do Mercosul Santiago/Chile
25 e 26 de setembro	Seminário 30 Anos do Congresso da Virada São Paulo/SP
29 e 30 de outubro	Encontro Nacional Sociojurídico Cuiabá/MT